

Currículo integrado*

Maria Cristina Davini**

Introdução

O presente texto pretende oferecer subsídios para quem enfrenta a tarefa de elaborar e aplicar um currículo para a formação profissional que integre trabalho e ensino.

Esta tarefa, realmente inovadora no âmbito da educação formal,¹ supõe uma ruptura com as concepções tradicionais do ensino e, fundamentalmente, com as formas escolares academicistas desvinculadas da prática real e cotidiana de uma determinada profissão. Finalmente, numa ruptura com a antiga divisão entre teoria e prática uma vez que ambas encontram-se integradas no exercício profissional concreto.

Quanto à metodologia de ensino, o que aqui se propõe representa o abandono da concepção de aluno-receptor de informações em benefício da concepção de aluno-construtor de seu conhecimento, a partir da reflexão e indagação sobre sua própria prática e em função da mesma.

É útil ressaltar que este documento não é, de nenhum modo, conclusivo e nem indicativo. A própria característica inovadora da montagem e/ou elaboração deste tipo de currículo faz com que esta tarefa deva ser enfocada como uma experiência a ser desenvolvida, que oferecerá novas bases para reflexão. Portanto, o texto procurará estimular a discussão sobre os conceitos que representam o marco fundamental da elaboração de um currículo, como também oferecer algumas sugestões para a dita elaboração. A partir daí, poderá se aprofundar a discussão e estudo destes problemas, como também as reuniões e grupos para a montagem curricular, como em uma oficina experimental.

* Adaptação e resumo por José Paranaguá de Santana, do texto do mesmo título, elaborado mediante consultoria à OPAS, Brasília, 1983, para a Capacitação Pedagógica do Programa de Formação de Pessoal de Nível Médio em Saúde (Projeto Larga Escala).

** Ex-consultora da Organização Pan-Americana da Saúde.

¹ Chama-se educação formal a que é ministrada formando parte do sistema de educação oficialmente reconhecido, com estrutura e organização aprovada pelos organismos competentes e cujos produtos (aprendizagem ou desempenhos alcançados pelo aluno) são verificados por meio de avaliação e legitimados por diplomas ou certificados.

O que é um currículo?

Podemos dizer, em termos genéricos, que um currículo é um plano pedagógico e institucional para orientar a aprendizagem dos alunos de forma sistemática.

Mas, é importante observar que esta ampla definição pode adotar variados matizes e as mais variadas formas de acordo com as diferentes concepções de aprendizagem que orientam o currículo. Melhor dizendo: segundo o que se entenda por aprender e ensinar, o conceito de currículo varia, como também varia a estrutura sob a qual é organizado.

A seguir, veremos de forma sintética as principais formas de organização curricular, as concepções que as orientam e suas limitações:

- o Currículo Formal;
- o Currículo por Assuntos ou Currículo Interdisciplinar;
- o Currículo Integrado.

O currículo formal

A educação escolar se constitui basicamente de um processo institucional de transmissão de conhecimentos e de inclusão de valores socialmente aceitos. Uma característica notável que comprova esta afirmação é observada no fato de que, através do seu desenvolvimento histórico, os sistemas educativos vêm conservando o essencial:

- uma metodologia genérica de ensino que se fundamenta na passagem de informações de professores para alunos;
- e um plano de ensino que se organiza em disciplinas isoladas e divididas simultaneamente (estrutura horizontal) e correlativamente (estrutura vertical).

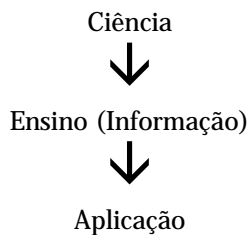
Dentro deste marco, as disciplinas que compõem o currículo são campos de conhecimentos específicos, delimitados e estanques, que devem ser esgotados por professores e alunos em prazos convencionalmente estabelecidos, de um semestre ou um ano. Geralmente, estes setores de conhecimentos se classificam em disciplinas científicas e disciplinas técnicas ou aplicadas, sendo mais freqüente as primeiras antecederem as segundas e as atividades práticas se realizarem em laboratórios ou espaços educativos onde se reproduzem, simultaneamente, os problemas da realidade.

A característica principal deste tipo de currículo é o formalismo, que se define por:

- transmissão de conhecimentos uma vez que estes tenham sido parcelados em disciplinas;
- estudo isolado dos problemas e processos concretos do contexto social em que se dão;
- aprendizagem por acumulação de informações obtidas em livros ou processadas por outros.

Outras características importantes são: o convencionalismo e a rigidez. No processo de ensino são estipulados prazos e períodos estereotipados pelo hábito, que se constituem verdadeiros obstáculos da aprendizagem. Finalmente, este tipo de currículo se fundamenta em uma concepção pedagógica para a qual aprender é, em grande medida, memorizar informações ou executar mecanicamente determinados procedimentos.

É útil destacar aqui que a estrutura interna do currículo tradicional é do tipo teórico-dedutiva. Isto implica que se parta das premissas gerais da ciência, formalizadas em disciplinas (nível abstrato) para depois abordar as situações práticas (nível concreto) como casos enquadrados nas primeiras. Supõe-se que os alunos informados da teoria realizarão uma aplicação automática e adequada diante de casos concretos.



É fácil perceber que este tipo de pedagogia produz avanços muito limitados no conhecimento da realidade específica e na elaboração de soluções a elas adaptadas, favorecendo a difusão de conhecimentos processados em outros contextos. Também é fácil perceber que este tipo de currículo produz escasso avanço intelectual nos alunos, formando freqüentemente cabeças bem-informadas ao invés de pessoas pensantes, criativas e inovadoras.

Finalmente, diremos que este currículo que se sustenta na estrutura formal do conhecimento terá que enfrentar sempre a contradição que se estabelece entre o conhecimento parcelado e a realidade como instância totalizadora, entre os dados abstratos e a prática.

O currículo por assuntos ou currículo interdisciplinar

Diante das limitações e críticas de que foram "alvo" os currículos formais, ensaiaram-se diversas experiências com vista a superá-las. Foram criadas escolas e universidades departamentalizadas, foram propostas "agrupações" de disciplinas afins, etc. Porém os resultados foram irrelevantes, desde que se trocaram mecanismos, mas não se mudou a essência. As instituições educacionais permaneceram isoladas da prática profissional, do trabalho e a força dos costumes fez com que cada professor continuasse enclausurado em sua disciplina.

Um passo importante para superar o currículo formal foi dado pelas experiências do currículo por assuntos ou problemas. Neste, parte-se da identificação e da definição de problemas ou objetos da realidade (por exemplo: a alimentação, as

condições de saneamento básico, etc) elaborando-se unidades de ensino-aprendizagem em torno destes assuntos.

A estrutura interna deste currículo é indutivo-teórica, implicando na seleção e ordenação de objetos ou assuntos extraídos da realidade, próprias da prática social de uma determinada profissão. A partir daí, se procuram os dados e teorias, contendo tanto componentes científicos quanto técnicos, pertinentes ao contexto social onde acontecem tais problemas.

O que se estimula nos alunos não é a memorização passiva de dados e sim a investigação e compreensão dos problemas, melhor dizendo, a construção de seu próprio conhecimento através da participação ativa neste processo.

São indubitáveis os avanços em termos pedagógicos que se realizam através da elaboração de um currículo por assuntos ou interdisciplinar. Mas, apesar disso, este tipo de currículo corre um sério risco: uma vez determinadas as unidades de ensino em função de tal currículo, estas funcionam, em última instância, como disciplinas. Por exemplo, ao invés de uma disciplina “bioquímica” teríamos uma disciplina “alimentação”. A burocracia das instituições educacionais e o peso dos costumes podem facilmente ganhar terreno rotinizando e formalizando o currículo.

O currículo integrado

Poderíamos tentar definir o currículo integrado como um plano pedagógico e sua correspondente organização institucional que articula dinamicamente trabalho e ensino, prática e teoria, ensino e comunidade. As relações entre trabalho e ensino, entre os problemas e suas hipóteses de solução devem ter sempre, como pano de fundo, as características sócio-culturais do meio em que este processo se desenvolve.

Este Currículo Integrado é uma opção educativa que permite:

- uma efetiva integração entre ensino e prática profissional;
- a real integração entre prática e teoria e o imediato teste da prática;
- um avanço na construção de teorias a partir do anterior;
- a busca de soluções específicas e originais para diferentes situações;
- a integração ensino-trabalho-comunidade, implicando uma imediata contribuição para esta última;
- a integração professor-aluno na investigação e busca de esclarecimentos e propostas;
- a adaptação a cada realidade local e aos padrões culturais próprios de uma determinada estrutura social.

A proposta de currículo integrado é a que nos parece mais apropriada para atender à necessidade de integrar ensino e trabalho na formação de pessoal de níveis médio e elementar pelas instituições de saúde nas suas diversas categorias.

Entretanto, assim como nas propostas anteriores, devemos apontar alguns dos riscos que podem ocorrer na sua operacionalização.

Em relação à integração ensino-trabalho o fato de aproximá-los espacialmente não garante a sua integração (exemplo: pode-se ter uma sala de aula dentro do serviço e o ensino permanecer distanciado deste).

Além disso, corre-se o risco de tomar a chamada “realidade do serviço” como parâmetro de ensino sem distinguir as insuficiências deste, reproduzindo-as acriticamente. Assim como chamamos atenção no currículo por assunto para o risco de reproduzir assuntos em forma de conhecimentos estanques, o mesmo pode ocorrer com as unidades do currículo integrado.

Nestes, os componentes das unidades ensino-aprendizagem devem guardar entre si uma relação de interdependência que se concretiza na medida em que o processo de ensino-aprendizagem avança.

Como montar um currículo integrado

É precisamente neste ponto onde não existem receitas padronizadas e é aqui onde se espera a criatividade dos que se defrontam com a tarefa de elaborar um currículo com ditas características. É necessário compreender que o trabalho deve ser encarado como um processo desenvolvido em comum e procurando vencer as tendências estereotipadas de reproduzir experiências anteriores. O currículo, obedecendo aos mínimos fixados pelos Conselhos de Educação, deve ser flexível e adaptado às diversas situações, suscetível de ser constantemente avaliado e melhorado de acordo com as experiências.

De todos os modos, é factível sugerir alguns passos e procedimentos úteis para a elaboração do currículo integrado a ser adaptado a cada realidade.

1. É aconselhável partir para a elaboração de uma clara definição de atribuições que estão e deveriam estar implicadas na prática social de uma profissão. É importante levar em conta tanto as atribuições que “estão” como as que “deveriam estar”, pois incorporar somente as vigentes significa pensar que a prática atual é absolutamente ajustada às necessidades do serviço e da sociedade ou que não existiriam possibilidades de melhorar na definição das mesmas. Mas também é necessário identificar atribuições que, apesar de serem desejáveis, não poderiam ser incorporadas por não estarem dadas as condições sociais e organizacionais para fazê-las. Daí ser importante que este primeiro passo seja desenvolvido através de um fecundo debate entre as pessoas envolvidas na tarefa de montar um currículo e, dentro do possível, com entidades vinculadas à própria profissão e com os próprios interessados. Chamaremos de Perfil Profissional a resultante deste processo de debate, que inclui atribuições profissionais legitimadas pela prática da atual profissão e atribuições desejáveis em condições de serem incorporadas e aceitas;

Na definição deste perfil devem também ser levada em conta as características do meio social onde a profissão se desenvolve, e as características dos alunos. As

primeiras se referem à estrutura social, grau de organização comunitária, localização social da profissão, formas de vida, valores, costumes, etc. As segundas, aos esquemas de assimilação predominantes nos educandos, as suas experiências educacionais e profissionais. Por não se levar em conta estes fatores, corre-se o perigo de elaborar um perfil bonito em sua apresentação, porém desvinculado da realidade.

2. Se a elaboração do perfil ficou em forma de lista de atribuições, pode ser conveniente reuni-las em áreas ou conjuntos de atribuições, referindo-se cada um tipo genérico de atividades. Esta classificação pode adotar diversas formas, segundo o que se quiser destacar, devendo-se optar pela que reúna mais consenso e seja mais adequada ao exercício da profissão;

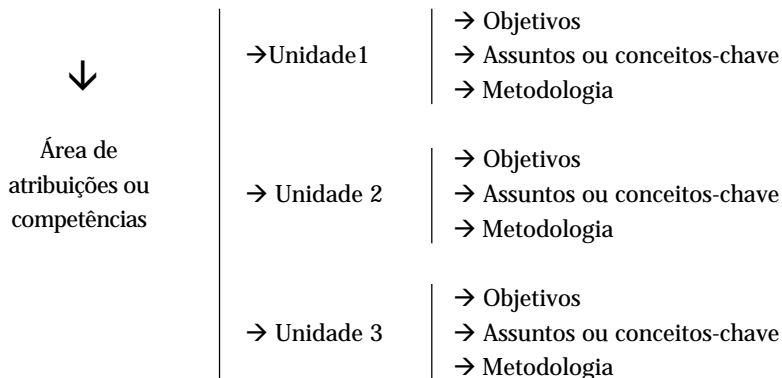
3. De cada área de atribuição deverão ser detectadas as competências necessárias e os conceitos, processos, princípios e técnicas para o desenvolvimento de tais competências;

4. O passo seguinte será cotejar as diferentes listas de conceitos e processos para o desenvolvimento das competências, estabelecendo relações entre elas, detectando conhecimentos comuns e hierarquizando-os.

Trata-se de um processo de *síntese e classificação* dos conhecimentos necessários que dará como resultado uma árvore de conhecimento encadeados e relacionados como em uma rede. Chamaremos esta rede de *estrutura de conteúdos*. Aos conceitos, processos ou princípios mais gerais ou englobados chamaremos de assuntos-chave, sendo provável que existam vários *assuntos-chave* na estrutura total.;

5. Cada assunto-chave e sua correspondente rede de conhecimentos teóricos e práticos dará lugar a uma *unidade de ensino-aprendizagem*. Esta se define como uma estrutura pedagógica dinâmica, orientada por determinados objetivos de aprendizagem, em função de um conjunto articulado de conteúdos e sistematizada por uma metodologia didática. Cada unidade guarda certa autonomia com respeito às demais, porém, ao mesmo tempo, se encontram articuladas com as outras com vistas à totalização das áreas de atribuições e do perfil profissional.

Perfil Profissional

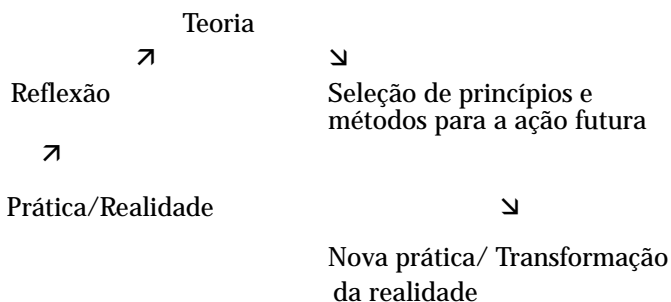


Realizaremos, a seguir, alguns comentários sobre os elementos centrais da programação curricular, os objetivos e a metodologia.

6. Se aderirmos a uma pedagogia que pretende preparar o aluno como sujeito ativo, reflexo, criativo e solidário, os objetivos da aprendizagem que propusermos não poderão consistir na memorização de informações, nem na execução mecânica de determinados comportamentos. Isto não quer dizer que os conhecimentos em si sejam negligenciados. Pelo contrário, além de serem imprescindíveis, a atividade assimiladora do sujeito que aprende se aplica sempre a um objetivo ou assunto que requer ser assimilado. Mas o que importa é criar condições para que o aluno possa construir ativamente o seu próprio conhecimento. Assim, a aprendizagem se dará como resultado da assimilação ativa a partir da própria prática do sujeito e das sucessivas mudanças provocadas pela informação gradativamente assimilada.

Portanto, os objetivos de cada unidade deverão refletir esta atividade assimiladora do aluno no processo de sucessivas aproximações ao conhecimento. Assim, por exemplo, poderão indicar, como metas parciais de aprendizagem, que o treinando compare, distinga, classifique, busque causas e conseqüências, identifique princípios ou regularidades, determine objetivos de ação, selecione métodos e técnicas adequadas, execute, etc;

7. Resta referirmo-nos ao outro elemento central na elaboração das unidades curriculares: a metodologia. É neste ponto que se opera uma profunda mudança no processo pedagógico, já que o currículo integrado representa a integração trabalho-ensino. A metodologia supõe planejar uma série encadeada de atividades de aprendizagem que surgem das situações do próprio serviço. A partir delas, se incentivar a reflexão e busca de conhecimentos que reverterão em novas formas de ação. Cada unidade de ensino-aprendizagem percorrerá o mesmo processo podendo variar os materiais e estratégias, integrando ensino individual e grupal, mas sempre no mesmo sentido;



Ao supervisor cabe orientar sistematicamente a reflexão e análise a partir das próprias percepções iniciais dos educandos, estimulando a observação, a indagação e a busca de resposta. Durante este processo corrigirá desvios e junto com seus

alunos avaliará seus avanços e dificuldades. Deverá sempre respeitar o ritmo de aprendizagem e os padrões culturais de quem aprende, não para ficar no imobilismo, mas, sim, para que os alunos produzam seus próprios conhecimentos e mudanças com um sentido de integração e compromisso com seu trabalho e com a unidade a qual pertençam. Estimulará sempre a busca ativa de conhecimentos e técnicas apropriadas a cada situação. Finalmente, as atividades pedagógicas seqüenciadas segundo esta metodologia deverão guardar coerência com os objetivos selecionados.

Avaliação no currículo integrado

O tema “Avaliação” requer um detalhamento especial, não somente pela importância do assunto mas pela função especial que cumpre dentro do currículo integrado. Este currículo se fundamenta no princípio de que a aprendizagem não é alcançada de forma instantânea nem por domínio de informações técnicas, pelo contrário, requer um processo de aproximações sucessivas e cada vez mais amplas e integradas, de modo que o educando, a partir da reflexão sobre suas experiências e percepções iniciais, observe, reelabore e sistematize seu conhecimento acerca do objeto em estudo.

Enquanto processo pedagógico, o desenvolvimento do programa curricular supõe a integração dinâmica entre o supervisor e o educando. Cabe ao primeiro estimular e orientar este processo de modo que a apropriação da informação científica, necessária ao desempenho eficaz do educando, se dê respeitando o ritmo individual, os esquemas de assimilação de que dispõe e as características culturais. Assim a programação curricular funciona como orientação para o supervisor e mediação entre este e o educando.

Por exemplo, para a execução da programação curricular para a formação do visitador sanitário, que se estrutura de forma flexível em torno de um eixo temático comum representado por áreas de conhecimento compostas de múltiplas unidades didáticas, se adotou uma sistemática que alterna períodos de concentração e dispersão. No primeiro, os educandos são reunidos em um centro regional de saúde para desenvolver as atividades planejadas, sob a orientação do supervisor. No segundo, cada educando retorna a seu posto específico de trabalho com algumas atividades de fixação que compõem as tarefas para o período de dispersão. Este modelo adotado obedece a dois fatores importantes: por um lado, as necessidades e limitações dos próprios Serviços Básicos de Saúde, que impedem que o pessoal se afaste de seu local de trabalho por um período longo, ou que exista um supervisor para cada educando; por outro lado, o respeito à essência do processo de aprendizagem, que requer tempo, exercício e maturação para que se produzam as sucessivas aproximações e avanços no domínio do objeto de estudo.

Durante a realização das tarefas, o educando consolidará sua aprendizagem aprofundando a observação de seu meio e aplicando os conceitos que pouco a pouco vão sendo elaborados. O supervisor, como orientador da aprendizagem, acompanha este processo, discute com o educando, corrige e oferece informações adicionais, estimula a reflexão e a observação, detectando também as difi-

culdades específicas, registrando-as para solução imediata ou retomada no próximo período de concentração. Esta atividade é denominada recuperação paralela e pode ser dirigida a indivíduo ou a grupos que apresentam a mesma dificuldade.

Do exposto, infere-se que nós estamos abordando o processo de avaliação que se inicia com o acompanhamento sistemático da evolução do educando na construção do seu conhecimento.

Dentro desta perspectiva, a avaliação é um componente de grande importância, sendo considerada como parte integrante do processo de planejamento curricular, estando presente em todos os estágios de seu desenvolvimento e não apenas confinada aos seus resultados finais.

Assim, nesta proposta não se concebe a avaliação como um momento separado ou independente do processo de ensino. Ao contrário, ela é pensada como uma atividade permanente e indissociável da dinâmica de ensino-aprendizagem, o que permite acompanhar passo a passo o avanço dos educandos, detectar a tempo suas dificuldades, ajustar e reajustar o ensino e suas características aos diferentes contextos, corrigir e reforçar o processo de ensino.

Não se trata, portanto, de avaliar para eliminar, mas sim para acompanhar e recuperar. Sendo assim, a avaliação não está dirigida somente ao educando, mas também ao processo como um todo, visando subsidiar a tomada de decisão no sentido de superar dificuldades de operacionalização e assegurar uma apropriada utilização e combinação de tempo, recursos humanos e materiais para o alcance dos objetivos desejados.

Portanto, além do acompanhamento sistemático do educando, a avaliação permite ao mesmo tempo estimar a eficácia do programa de ensino, verificar sua adequação aos objetivos e detectar possíveis falhas, tanto do programa quanto do trabalho do supervisor.

Estas duas dimensões da avaliação não são estanques. A existência de um encadeamento lógico entre a programação e a execução é de primordial importância e a compatibilização entre elas pode ser feita através de 'produtos parciais' que correspondam às várias unidades didáticas e que orientam a execução em direção a resultados finais esperados.

